

Guilherme de Souza Nucci

Manual de Processo Penal



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: 07.02.2020

- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Aurélio Corrêa

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876m

Nucci, Guilherme de Souza

Manual de processo penal / Guilherme de Souza Nucci. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-9004-6

1. Processo penal – Manuais, guias, etc. – Brasil. I. Título.

20-62683

CDU: 343.2(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

Sumário

Capítulo I

PROCESSO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

| | |
|--|---|
| 1. Conceito de processo penal | 1 |
| 2. O processo penal democrático | 2 |
| Síntese | 3 |

Capítulo II

PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL

| | |
|---|----|
| 1. Introdução..... | 5 |
| 2. Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo legal | 5 |
| 3. Princípios constitucionais explícitos do processo penal | 6 |
| 3.1 Concernentes ao indivíduo | 6 |
| 3.1.1 Princípio da presunção de inocência | 6 |
| 3.1.1.1 Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo, favor rei, favor innocentiae, favor libertatis</i>) e da imunidade à autoacusação | 7 |
| 3.1.2 Princípio da ampla defesa | 8 |
| 3.1.3 Princípio da plenitude de defesa | 8 |
| 3.2 Concernente à relação processual | 9 |
| 3.2.1 Princípio do contraditório | 9 |
| 3.3 Concernentes à atuação do Estado | 10 |
| 3.3.1 Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da ini- ciativa das partes | 10 |

| | | |
|---------|---|----|
| 3.3.2 | Princípio da publicidade | 11 |
| 3.3.3 | Princípio da vedação das provas ilícitas | 12 |
| 3.3.4 | Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar | 13 |
| 3.3.5 | Princípios regentes do Tribunal do Júri | 13 |
| 3.3.5.1 | Sigilo das votações | 13 |
| 3.3.5.2 | Soberania dos veredictos | 14 |
| 3.3.5.3 | Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida | 14 |
| 3.3.6 | Princípio da legalidade estrita da prisão cautelar | 14 |
| 4. | Princípios constitucionais implícitos do processo penal | 14 |
| 4.1 | Concernente à relação processual | 14 |
| 4.1.1 | Princípio do duplo grau de jurisdição | 14 |
| 4.2 | Concernentes à atuação do Estado | 15 |
| 4.2.1 | Princípio do promotor natural e imparcial | 15 |
| 4.2.2 | Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal | 15 |
| 4.2.3 | Princípio da oficialidade | 16 |
| 4.2.4 | Princípio da intranscendência | 16 |
| 4.2.5 | Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato | 17 |
| 5. | Princípios meramente processuais penais | 17 |
| 5.1 | Concernentes à relação processual | 17 |
| 5.1.1 | Princípio da busca da verdade real | 17 |
| 5.1.2 | Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz | 18 |
| 5.1.3 | Princípio da indivisibilidade da ação penal privada | 19 |
| 5.1.4 | Princípio da comunhão da prova | 19 |
| 5.2 | Concernentes à atuação do Estado | 19 |
| 5.2.1 | Princípio do impulso oficial | 19 |
| 5.2.2 | Princípio da persuasão racional | 20 |
| 5.2.3 | Princípio da colegialidade | 20 |
| Síntese | | 21 |

Capítulo III

SISTEMAS DE PROCESSO PENAL

| | | |
|---------|--|----|
| 1. | Sistema inquisitivo | 27 |
| 2. | Sistema acusatório | 28 |
| 3. | Sistema misto | 28 |
| 4. | Opção do sistema processual brasileiro | 29 |
| Síntese | | 29 |

Capítulo IV

FONTES DO PROCESSO PENAL E INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

| | |
|--|----|
| 1. Conceito de fonte | 31 |
| 2. Fontes materiais | 31 |
| 3. Fontes formais | 32 |
| 4. Interpretação da lei processual penal | 33 |
| Síntese | 34 |

Capítulo V

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

| | |
|--|----|
| 1. Princípio da territorialidade | 35 |
| 2. Conceito de tratado e convenção | 35 |
| 3. Regras de direito internacional | 36 |
| 4. Exceção à regra da territorialidade | 36 |
| 5. Conflito entre tratado e direito interno | 37 |
| 6. Normas internacionais relativas aos direitos humanos fundamentais | 38 |
| 7. Jurisdição política | 39 |
| 8. Justiça Especial | 39 |
| 9. Tribunal de Segurança Nacional | 39 |
| 10. Legislação especial | 40 |
| Síntese | 40 |

Capítulo VI

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO

| | |
|---|----|
| 1. Regra geral | 41 |
| 2. Normas processuais penais materiais | 42 |
| Síntese | 43 |

Capítulo VII

INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO

| | |
|---|----|
| 1. Conceito de inquérito policial | 45 |
| 1.1 Juiz das garantias | 46 |
| 1.1.1 Atribuições do juiz das garantias | 47 |
| 1.1.2 Prorrogação do inquérito | 51 |
| 1.1.3 Encaminhamento da investigação | 51 |
| 1.1.4 Designação do juiz das garantias | 52 |
| 1.1.5 Tutela da imagem dos presos | 53 |
| 2. Polícia judiciária | 53 |
| 3. Outras investigações criminais | 54 |
| 4. Início do inquérito policial | 55 |
| 5. Identificação da espécie de ação penal para efeito de investigação | 56 |
| 6. <i>Notitia criminis</i> | 56 |

| | |
|--|----|
| 7. <i>Delatio criminis</i> | 56 |
| 8. Investigações criminais contra autoridades com prerrogativa de foro | 56 |
| 9. Requisição, requerimento e representação | 57 |
| 10. Negativa de cumprimento à requisição | 58 |
| 11. Conteúdo da requisição, do requerimento e da representação | 58 |
| 12. Recusa da autoridade policial à instauração do inquérito quando oferecido requerimento do ofendido e a questão da denúncia anônima | 59 |
| 13. Procedimento da autoridade policial | 59 |
| 14. Indiciamento e constrangimento ilegal | 60 |
| 15. Requisição de indiciamento | 60 |
| 16. Motivação do indiciamento | 61 |
| 17. O indiciado como objeto da investigação | 61 |
| 18. Regras do interrogatório | 61 |
| 19. Identificação criminal: dactiloscópica e fotográfica | 61 |
| 20. Reconstituição do crime | 62 |
| 21. Prazo para a conclusão do inquérito | 63 |
| 22. Contagem dos prazos | 64 |
| 23. Cômputo do período de prisão temporária | 65 |
| 24. Prisão preventiva decretada durante o inquérito policial | 65 |
| 25. Instrumentos do crime e objetos de prova | 66 |
| 26. Particularidades do inquérito policial | 66 |
| 26.1 Inquisitivo | 66 |
| 26.1.1 Situação especial para os agentes de segurança pública | 66 |
| 26.2 Sigiloso | 67 |
| 26.3 Incomunicabilidade do indiciado | 68 |
| 27. Relatório final | 69 |
| 28. Indeferimento de novas diligências requeridas pelo Ministério Público | 69 |
| 29. Inquérito como base da denúncia ou queixa e sua dispensabilidade..... | 70 |
| 30. Termo circunstanciado | 70 |
| 31. Curador | 70 |
| 32. Arquivamento do inquérito e outras providências | 71 |
| 32.1 Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de informação..... | 71 |
| 32.1.1 Arquivamento de Procedimento Investigatório Criminal (PIC)..... | 72 |
| 32.2 Utilização do art. 28 do CPP no caso da suspensão condicional do processo ... | 72 |
| 32.3 Requerimento de arquivamento em competência originária | 73 |
| 32.4 Arquivamento de inquérito de crimes contra a economia popular ou contra a saúde pública | 73 |
| 32.5 Recurso institucional contra arquivamento promovido pelo Procurador-Geral | 73 |
| 32.6 Obrigatoriedade de oferecimento de razões e o denominado arquivamento implícito | 73 |
| 32.7 Arquivamento indireto | 74 |
| 32.8 Arquivamento requerido pelo Ministério Público Federal..... | 75 |

| | |
|---|----|
| 32.9 Determinação judicial de retorno dos autos de inquérito à polícia para novas diligências | 75 |
| 33. Trancamento do inquérito policial | 75 |
| 34. Prosseguimento das investigações após o encerramento do inquérito | 75 |
| 35. Acordo de não persecução penal | 76 |
| Síntese | 78 |

Capítulo VIII AÇÃO PENAL

| | |
|--|-----|
| 1. Fundamento constitucional | 79 |
| 2. Conceito de ação penal | 79 |
| 3. Espécies de ação penal | 80 |
| 4. Ação penal popular | 81 |
| 5. Processo, procedimento e pressupostos processuais | 81 |
| 6. Início da ação penal | 82 |
| 7. Condições genéricas da ação penal | 83 |
| 7.1 Possibilidade jurídica do pedido | 84 |
| 7.2 Interesse de agir | 86 |
| 7.3 Legitimidade de parte | 86 |
| 7.4 A justa causa para a ação penal | 87 |
| 8. Condições específicas da ação penal | 87 |
| 9. Representação do ofendido | 88 |
| 10. Requisição do Ministro da Justiça | 91 |
| 11. Ação penal privada e suas particularidades | 93 |
| 11.1 Decadência | 93 |
| 11.2 Renúncia | 95 |
| 11.3 Perdão | 96 |
| 11.4 Perempção | 98 |
| 11.5 Ação privada subsidiária da pública | 100 |
| 11.6 Espécies de ação privada | 102 |
| 11.7 Sucessão e menoridade no contexto do oferecimento de queixa | 102 |
| 11.8 Situação de pobreza e exercício de cidadania | 103 |
| 12. Conteúdo e formalidades da denúncia ou queixa | 104 |
| 12.1 Denúncia ou queixa genérica | 106 |
| 12.2 Denúncia ou queixa alternativa | 107 |
| 12.3 Concisão da denúncia ou queixa | 107 |
| 12.4 Retificação da denúncia ou queixa no seu recebimento | 107 |
| 12.5 Rejeição da denúncia ou queixa pelo juiz e recebimento pelo tribunal | 108 |
| 12.6 Recebimento ou rejeição parcial da denúncia ou queixa | 108 |
| 12.7 Poderes especiais para o ingresso de queixa | 109 |
| 12.8 Exigência de prova pré-constituída para instruir a queixa | 109 |
| 12.9 Aditamento da queixa pelo Ministério Público | 110 |
| 12.10 Intervenção do Ministério Público na ação penal privada | 111 |

| | |
|---|-----|
| 12.11 Prazo para o oferecimento de denúncia e modo de contagem..... | 111 |
| 13. Reconhecimento da extinção da punibilidade..... | 112 |
| 13.1 Morte do réu | 112 |
| 13.2 Certidão de óbito..... | 113 |
| Síntese | 114 |

Capítulo IX AÇÃO CIVIL EX DELICTO

| | |
|---|-----|
| 1. Conceito | 117 |
| 2. Separação da jurisdição..... | 118 |
| 3. Sentença condenatória como título executivo | 119 |
| 4. Sentença concessiva de perdão judicial..... | 120 |
| 5. Decisão de extinção da punibilidade pela prescrição ou outra causa | 120 |
| 6. Revisão criminal..... | 120 |
| 7. Extensão do ressarcimento do dano..... | 120 |
| 8. Responsabilidade civil de terceiro e devido processo legal | 121 |
| 9. Excludentes de ilicitude e formação da coisa julgada no cível..... | 122 |
| 10. Existência de sentença absolutória penal..... | 123 |
| 11. Vítima pobre e legitimidade de agir do Ministério Público..... | 124 |
| Síntese | 124 |

Capítulo X JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

| | |
|---|-----|
| 1. Conceito de jurisdição..... | 125 |
| 2. Princípios regentes da jurisdição criminal | 126 |
| 3. Conceito de competência..... | 126 |
| 4. Competência absoluta e competência relativa | 126 |
| 5. Quadro geral de competência | 127 |
| 6. O lugar da infração penal como regra geral para a competência do foro | 128 |
| 6.1 O domicílio ou residência do réu como foro supletivo | 130 |
| 6.2 A matéria como regra específica de competência..... | 132 |
| 6.3 A prerrogativa de foro como regra específica de competência | 135 |
| 6.3.1 Competência originária decorrente da prerrogativa de função ou da matéria..... | 136 |
| 6.3.2 Notas especiais em relação à competência excepcional de prerrogativa de função..... | 140 |
| 6.3.2.1 Magistrados e membros do Ministério Público | 140 |
| 6.3.2.2 Perpetuação da jurisdição em casos de foro privilegiado..... | 140 |
| 6.3.2.3 Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa..... | 141 |
| 6.3.2.4 Exceção da verdade nos crimes contra a honra | 142 |
| 6.3.3 Notas especiais em relação à competência excepcional quanto à matéria..... | 142 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 6.3.3.1 | Pontos relevantes acerca da Justiça Militar | 142 |
| 6.3.3.2 | A competência especial do juiz da execução penal | 143 |
| 6.4 | A distribuição como alternativa à competência cumulativa supletiva | 145 |
| 6.5 | Conexão e continência como regras de alteração de competência | 145 |
| 6.5.1 | Conceito de conexão | 147 |
| 6.5.2 | Conexão material e conexão processual | 148 |
| 6.5.3 | Conexão e continência no contexto das infrações de menor potencial ofensivo | 149 |
| 6.5.4 | Espécies de conexão | 150 |
| 6.5.4.1 | Conexão intersubjetiva por simultaneidade | 150 |
| 6.5.4.2 | Conexão intersubjetiva por concurso | 150 |
| 6.5.4.3 | Conexão intersubjetiva por reciprocidade | 151 |
| 6.5.4.4 | Conexão objetiva | 151 |
| 6.5.4.5 | Conexão instrumental | 151 |
| 6.5.5 | Conceito de continência | 152 |
| 6.5.5.1 | Continência em razão do concurso de pessoas | 152 |
| 6.5.5.2 | Diferença da continência por concurso de pessoas e da conexão por concurso | 152 |
| 6.5.5.3 | Continência em razão do concurso formal de crimes | 152 |
| 6.5.6 | Diferença entre crime único, conexão e continência | 153 |
| 6.6 | A prevenção como critério residual de fixação de competência | 153 |
| 7. | Regras para a eleição do foro prevalente | 155 |
| 7.1 | Competência prevalente do júri | 156 |
| 7.1.1 | Descoberta da conexão ou continência após a prolação da sentença de pronúncia | 156 |
| 7.1.2 | Conexão e continência, prerrogativa de foro e júri | 156 |
| 7.2 | Jurisdição da mesma categoria | 157 |
| 7.3 | Jurisdição de categoria diversa | 158 |
| 7.3.1 | Exceção à regra quando a competência for estabelecida pela Constituição | 159 |
| 7.4 | Jurisdição comum e especial | 159 |
| 7.4.1 | Força atrativa da Justiça Federal em face da Justiça Estadual | 159 |
| 7.4.2 | Justiça Federal e contravenção penal | 160 |
| 8. | Exceções à regra da junção dos processos em caso de conexão e continência | 160 |
| 8.1 | Jurisdição comum e jurisdição militar | 160 |
| 8.2 | Justiça comum e Justiça da Infância e Juventude | 161 |
| 8.3 | Separação dos processos em face da superveniência de doença mental | 161 |
| 8.4 | Impossibilidade de julgamento de réu ausente | 162 |
| 8.5 | Separação dos processos em razão da recusa de jurados | 162 |
| 9. | Separação facultativa dos processos | 162 |
| 9.1 | Separação facultativa em caso de tempo ou lugar diferenciado | 163 |
| 9.2 | Separação facultativa em virtude do excessivo número de acusados | 163 |
| 9.3 | Separação facultativa em face de motivo relevante | 164 |

| | |
|---|-----|
| 10. Perpetuação da jurisdição em casos de conexão e continência | 164 |
| 11. Conexão e continência no contexto das investigações policiais | 164 |
| 12. Autoridade de jurisdição prevalente | 165 |
| 13. Regras de aplicação da lei processual penal no espaço | 165 |
| 13.1 Crimes a bordo de embarcações | 166 |
| 13.2 Crimes a bordo de aeronaves | 167 |
| 13.3 Regra residual de competência | 167 |
| Síntese | 168 |

Capítulo XI
INCIDENTES PROCESSUAIS

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução e conceitos | 179 |
| 2. Questões prejudiciais | 180 |
| 2.1 Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar | 180 |
| 2.2 Prejudiciais homogêneas e heterogêneas | 180 |
| 2.3 Prejudiciais obrigatórias e facultativas | 180 |
| 2.3.1 Prejudiciais obrigatórias | 180 |
| 2.3.2 Prejudiciais facultativas | 182 |
| 2.4 Prejudiciais devolutivas e não devolutivas | 183 |
| 3. Procedimentos incidentes | 183 |
| 3.1 Exceções | 183 |
| 3.1.1 Exceções de suspeição e de impedimento | 184 |
| 3.1.2 Rol de causas de suspeição e de impedimento | 184 |
| 3.1.3 Afirmção da suspeição ou impedimento de ofício | 185 |
| 3.1.4 Procedimento para a recusa do juiz | 185 |
| 3.1.5 Procedimento do juiz | 186 |
| 3.1.6 Consequências da procedência da exceção | 188 |
| 3.1.7 Suspeição ou impedimento em tribunal | 188 |
| 3.1.8 Suspeição ou impedimento de membro do Ministério Público | 189 |
| 3.1.9 Suspeição ou impedimento de peritos e outros auxiliares | 190 |
| 3.1.10 Suspeição ou impedimento no Tribunal do Júri | 191 |
| 3.1.11 Suspeição ou impedimento das autoridades policiais | 192 |
| 3.1.12 Exceção de incompetência | 193 |
| 3.1.13 Formalidades para a interposição da exceção de incompetência | 193 |
| 3.1.14 Exceção de litispendência | 194 |
| 3.1.15 Formalidades para a interposição da exceção de litispendência | 195 |
| 3.1.16 Exceção de ilegitimidade de parte | 195 |
| 3.1.17 Formalidades para a interposição da exceção de ilegitimidade de parte | 196 |
| 3.1.18 Exceção de coisa julgada | 196 |
| 3.1.19 Coisa julgada material e coisa julgada formal | 197 |
| 3.1.20 Coisa julgada e coisa soberanamente julgada | 198 |
| 3.1.21 Limites da coisa julgada | 198 |
| 3.1.22 Formalidades para a interposição da exceção de coisa julgada | 200 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 3.1.23 | Petição única contendo mais de uma exceção..... | 200 |
| 3.2 | Incompatibilidades e impedimentos..... | 200 |
| 3.2.1 | Consequência do impedimento | 201 |
| 3.3 | Conflito de competência..... | 202 |
| 3.3.1 | Conflito de atribuição..... | 203 |
| 3.3.2 | Falso conflito de atribuição..... | 203 |
| 3.3.3 | Conflito em decorrência de conexão e continência | 204 |
| 3.3.4 | Procedimento para o conflito de competência | 204 |
| 3.3.5 | Outras possibilidades de conflito de competência | 206 |
| 3.3.6 | Desaparecimento do conflito antes do julgamento pelo Tribunal..... | 206 |
| 3.3.7 | Suspensão do processo em caso de conflito | 207 |
| 3.4 | Restituição de coisas apreendidas..... | 207 |
| 3.4.1 | Procedimento da restituição de coisas apreendidas | 209 |
| 3.4.2 | Apreensão de coisa adquirida com os proventos da infração | 210 |
| 3.4.3 | Prazo máximo para requerer a restituição..... | 210 |
| 3.5 | Medidas assecuratórias | 211 |
| 3.5.1 | Sequestro | 211 |
| 3.5.1.1 | Requisito fundamental para o sequestro | 212 |
| 3.5.1.2 | Procedimento do sequestro | 212 |
| 3.5.1.3 | Levantamento do sequestro..... | 215 |
| 3.5.2 | Especialização de hipoteca legal..... | 215 |
| 3.5.2.1 | Procedimento para a especialização | 216 |
| 3.5.3 | Arresto de bens móveis para garantia de indenização e despesas | 217 |
| 3.5.3.1 | Procedimento do arresto dos bens móveis | 217 |
| 3.5.4 | Finalização da especialização e do arresto..... | 217 |
| 3.5.5 | Alienação antecipada de bens..... | 218 |
| 3.6 | Incidente de falsidade..... | 219 |
| 3.6.1 | Procedimento do incidente de falsidade..... | 219 |
| 3.6.2 | Sobre os termos falsidade e documento..... | 220 |
| 3.6.3 | Efeitos limitados da decisão do incidente..... | 220 |
| 3.7 | Incidente de insanidade mental..... | 221 |
| 3.7.1 | Procedimento do incidente de insanidade mental | 222 |
| 3.7.2 | Internação do indiciado ou acusado em estabelecimento apropriado.... | 223 |
| 3.7.3 | Suspensão do processo em caso de superveniência de doença mental.. | 224 |
| 3.8 | Incidente de ilicitude de prova..... | 224 |
| | Síntese | 225 |

Capítulo XII

PROVAS

| | | |
|-----|-----------------------------------|-----|
| 1. | Conceito e sentido de prova | 231 |
| 2. | Meios de prova | 232 |
| 2.1 | Prova emprestada | 232 |
| 2.2 | Provas ilícitas..... | 232 |

| | |
|---|-----|
| 3. Finalidade e objeto da prova..... | 233 |
| 4. Ônus da prova | 234 |
| 4.1 Momentos cabíveis para a produção de provas determinadas pelo juiz | 235 |
| 5. Sistemas de avaliação da prova..... | 236 |
| 6. Exame de corpo de delito e perícias em geral | 237 |
| 6.1 Disposições gerais..... | 237 |
| 6.2 Diferença entre corpo de delito e exame de corpo de delito..... | 238 |
| 6.2.1 Cadeia de custódia | 239 |
| 6.3 Confissão e corpo de delito..... | 240 |
| 6.4 Formalização do laudo pericial..... | 241 |
| 6.5 Necropsia | 243 |
| 6.6 Exumação e inumação | 243 |
| 6.7 Exame de corpo de delito em caso de lesões corporais | 244 |
| 6.8 Exame de local | 245 |
| 6.9 Exame laboratorial..... | 245 |
| 6.10 Perícia em furto qualificado e crimes afins | 246 |
| 6.11 Laudo de avaliação | 247 |
| 6.12 Exame de local de incêndio..... | 247 |
| 6.13 Exame de reconhecimento de escritos (grafotécnico)..... | 248 |
| 6.14 Exame dos instrumentos do crime..... | 249 |
| 6.15 Quesitos na realização de perícia | 250 |
| 6.16 Exame por precatória | 250 |
| 6.17 Divergência entre peritos e vinculação do juiz à prova pericial..... | 250 |
| 6.18 Indeferimento da produção de prova pericial | 252 |
| 7. Interrogatório | 253 |
| 7.1 Conceito..... | 253 |
| 7.2 Natureza jurídica do interrogatório | 253 |
| 7.3 Obrigatoriedade do interrogatório..... | 253 |
| 7.4 Interrogatório da pessoa jurídica..... | 254 |
| 7.5 Presença do defensor..... | 255 |
| 7.6 Interrogatório de réu preso | 256 |
| 7.6.1 Requisitos para a realização do interrogatório por videoconferência..... | 256 |
| 7.6.2 Procedimento para o uso da videoconferência | 257 |
| 7.6.3 Outros atos processuais e videoconferência | 258 |
| 7.7 Efetividade da ampla defesa e a interferência do defensor antes do interrogatório | 259 |
| 7.8 Classificação do interrogatório | 259 |
| 7.9 Direito do acusado ou indiciado ao silêncio..... | 260 |
| 7.10 Procedimento do interrogante e do interrogado..... | 261 |
| 7.11 Colaboração das partes no interrogatório..... | 261 |
| 7.12 Interrogatório em separado..... | 262 |
| 7.13 Formas especiais de interrogatório | 262 |
| 7.14 Curador ao réu menor de 21 anos e outros incapazes..... | 263 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 7.15 | Renovação do interrogatório | 264 |
| 8. | Confissão | 264 |
| 8.1 | Conceito de confissão | 264 |
| 8.2 | Natureza jurídica e objeto da confissão | 265 |
| 8.3 | Espécies de confissão | 265 |
| 8.4 | A delação premiada e suas fontes legais | 265 |
| 8.5 | Crterios de avaliação da confissão e confronto com outras provas | 267 |
| 8.6 | Silêncio como elemento para o convencimento do juiz | 267 |
| 8.7 | Divisibilidade da confissão | 267 |
| 8.8 | Retratabilidade da confissão | 268 |
| 9. | Do ofendido | 268 |
| 9.1 | Conceito de ofendido | 268 |
| 9.2 | Diversidade entre ofendido e testemunha | 268 |
| 9.3 | Obrigatoriedade da sua inquirição | 269 |
| 9.4 | Valor probatório da palavra da vítima | 269 |
| 9.5 | Vítima não comete falso testemunho | 270 |
| 9.6 | Condução coercitiva e processo por desobediência | 270 |
| 9.7 | Comunicação dos atos processuais ao ofendido | 271 |
| 9.8 | Assistência ao ofendido | 272 |
| 9.9 | Preservação da intimidade do ofendido | 272 |
| 10. | Prova testemunhal | 273 |
| 10.1 | Conceito de testemunha | 273 |
| 10.2 | Natureza jurídica | 273 |
| 10.3 | Classificação das testemunhas | 273 |
| 10.4 | Informante ou declarante | 274 |
| 10.5 | Pessoa como testemunha e formalidade do depoimento | 274 |
| 10.6 | Depoimento do menor inimputável comparsa do réu | 275 |
| 10.7 | Corréu como testemunha | 276 |
| 10.8 | Testemunho único | 276 |
| 10.9 | A importância do compromisso | 276 |
| 10.10 | Recusa em depor | 277 |
| 10.11 | Formalidades da colheita do depoimento | 278 |
| 10.12 | Obrigaçao de depor e possibilidades legais de recusa | 278 |
| 10.13 | Proibiçao de depor | 280 |
| 10.14 | Impedimento legal para o compromisso | 281 |
| 10.15 | Produção de prova testemunhal pelo juiz e pelo Ministério Público | 281 |
| 10.16 | Colheita dos depoimentos em separado | 282 |
| 10.17 | Finalizaçao do sistema presidencialista de inquirição | 283 |
| 10.18 | Apreciaçao pessoal da testemunha | 284 |
| 10.19 | Contradita | 285 |
| 10.20 | Influência do acusado na colheita do depoimento | 286 |
| 10.21 | Regularidade da intimaçao da testemunha | 287 |
| 10.22 | Depoimento por carta precatória, de ordem ou rogatória | 288 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 10.23 | Obrigatoriedade de participação do intérprete | 292 |
| 10.24 | Ausência, enfermidade e velhice da testemunha | 292 |
| 11. | Reconhecimento de pessoas e coisas | 292 |
| 11.1 | Conceito de reconhecimento | 292 |
| 11.2 | Natureza jurídica | 293 |
| 11.3 | Reconhecimento fotográfico | 293 |
| 11.4 | Formalidades para o reconhecimento | 293 |
| 11.5 | Valor do reconhecimento como meio de prova | 295 |
| 11.6 | Reconhecimento informal | 296 |
| 11.6.1 | Reconhecimento por meio de videoconferência | 296 |
| 11.7 | Reconhecimento de coisa | 296 |
| 11.8 | Reconhecimento coletivo ou em grupo | 296 |
| 11.9 | Reconhecimento de imagens e vozes | 297 |
| 12. | Acareação | 297 |
| 12.1 | Conceito de acareação | 297 |
| 12.2 | Natureza jurídica | 297 |
| 12.3 | Valor da acareação | 297 |
| 12.4 | Admissibilidade da acareação | 297 |
| 12.5 | Objeto da acareação | 298 |
| 12.6 | Requerimento das partes ou procedimento de ofício | 298 |
| 12.7 | Procedimento do magistrado na condução da acareação | 298 |
| 12.8 | Acareação à distância | 299 |
| 13. | Prova documental | 299 |
| 13.1 | Conceito de documento | 299 |
| 13.2 | Regra para apresentação de documentos no processo | 300 |
| 13.3 | Documentos nominativo e anônimo | 300 |
| 13.4 | Fotografia do documento | 301 |
| 13.5 | Valoração e licitude do documento | 301 |
| 13.6 | Diligência de ofício | 302 |
| 13.7 | Documentos em língua estrangeira e a pública-forma | 302 |
| 13.8 | Finalização do processo e destino dos documentos | 303 |
| 13.9 | Documento e “documentação” | 304 |
| 14. | Prova indiciária | 304 |
| 14.1 | Conceito de indício | 304 |
| 14.2 | Indução | 304 |
| 14.3 | Integração entre indução e dedução | 305 |
| 14.4 | Valor probatório dos indícios | 305 |
| 14.5 | Diferença entre indício e presunção | 306 |
| 14.6 | Contraindícios | 306 |
| 15. | Busca e apreensão | 306 |
| 15.1 | Conceito de busca e apreensão | 306 |
| 15.2 | Natureza jurídica | 307 |
| 15.3 | Momentos para a sua realização | 307 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 15.4 | Regras especiais de busca e apreensão | 308 |
| 15.5 | Fundamento e proteção constitucional da busca em domicílio | 308 |
| 15.6 | Fundamento e proteção constitucional da busca pessoal | 308 |
| 15.7 | Mandado judicial certo e determinado | 310 |
| 15.8 | Exigência do mandado judicial para a polícia | 312 |
| 15.9 | Requisitos do mandado de busca e provocação para a sua expedição | 312 |
| 15.10 | Dispensa do mandado de busca pessoal | 314 |
| 15.11 | Formalidades para a realização de busca domiciliar | 314 |
| 15.12 | Locais equiparados a domicílio | 317 |
| 15.13 | Busca em território alheio | 317 |
| | Síntese | 318 |

Capítulo XIII

AS PARTES NO PROCESSO PENAL

| | | |
|-------|---|-----|
| 1. | Juiz | 321 |
| 1.1 | O juiz como sujeito da relação processual | 321 |
| 1.2 | Sujeitos e partes secundárias na relação processual e terceiros | 321 |
| 1.3 | Regularidade do processo e princípio do impulso oficial | 322 |
| 1.4 | Jurisdição como atributo fundamental da função do juiz e impedimentos | 322 |
| 1.5 | Suspeição do juiz | 324 |
| 1.6 | Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição | 327 |
| 1.7 | Criação proposital de animosidade por má-f  | 327 |
| 2. | Ministério Público | 327 |
| 2.1 | O Ministério Público como sujeito e parte na rela o processual | 327 |
| 2.2 | Impedimento do representante do Ministério Público | 329 |
| 2.3 | Funções principais no processo penal | 330 |
| 3. | Acusado | 330 |
| 3.1 | O acusado como parte na rela o processual | 330 |
| 3.2 | Indisponibilidade do direito de defesa | 331 |
| 3.3 | Inviabilidade de se exigir a colabora o do réu na produ o de prova | 331 |
| 4. | Defensor | 331 |
| 4.1 | Crêterios para nomea o, situa o no processo e autodefesa | 331 |
| 4.2 | Desligamento da causa, ausência momentânea e defesa ad hoc | 335 |
| 4.3 | Nomea o no termo e impedimento | 336 |
| 5. | Curador | 337 |
| 6. | Assistência | 337 |
| 6.1 | Assistente de acusa o | 337 |
| 6.2 | Interven o do ofendido | 337 |
| 6.3 | Interven o de outras pessoas como assistente de acusa o | 338 |
| 6.4 | Interven o da Ordem dos Advogados do Brasil em processos criminais nos polos ativo e passivo | 339 |
| 6.4.1 | A figura do <i>amicus curiae</i> no processo penal | 339 |
| 6.5 | Recebimento da causa no estado em que estiver | 340 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 6.6 | Corréu como assistente | 340 |
| 6.7 | Atribuições do assistente | 341 |
| 6.8 | Oposição do Ministério Público à admissão do assistente | 342 |
| 7. | Funcionários da Justiça | 342 |
| 7.1 | Denominação | 342 |
| 7.2 | Suspeição | 342 |
| 8. | Peritos e intérpretes | 343 |
| 8.1 | Perito | 343 |
| 8.2 | Intérprete | 343 |
| 8.3 | Juiz atuando como perito ou intérprete | 343 |
| 8.4 | Disciplina judiciária do perito | 343 |
| 8.5 | Não intervenção das partes na nomeação do perito e sua atuação obrigatória | 344 |
| 8.6 | Impedimento dos peritos | 344 |
| 8.7 | Suspeição dos peritos | 345 |
| Síntese | | 345 |

Capítulo XIV

PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

| | | |
|--------|--|-----|
| 1. | Conceito de prisão | 347 |
| 2. | Fundamento constitucional da prisão | 347 |
| 3. | Espécies de prisão processual cautelar | 347 |
| 4. | Controle da legalidade da prisão | 348 |
| 5. | Conceito de liberdade provisória | 349 |
| 6. | Fundamento constitucional da liberdade provisória | 349 |
| 7. | Formalidades da prisão | 349 |
| 8. | Análise das modalidades de prisão cautelar | 354 |
| 8.1 | Prisão temporária | 354 |
| 8.2 | Prisão em flagrante | 356 |
| 8.2.1 | Flagrante facultativo e flagrante obrigatório | 358 |
| 8.2.2 | Flagrante próprio ou perfeito | 358 |
| 8.2.3 | Flagrante impróprio ou imperfeito | 359 |
| 8.2.4 | Flagrante presumido | 360 |
| 8.2.5 | Flagrante preparado ou provocado | 360 |
| 8.2.6 | Flagrante forjado | 361 |
| 8.2.7 | Flagrante esperado | 361 |
| 8.2.8 | Flagrante diferido ou retardado | 361 |
| 8.2.9 | Flagrante nos crimes permanentes e habituais | 362 |
| 8.2.10 | Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante | 363 |
| 8.2.11 | Controle jurisdicional da prisão em flagrante | 365 |
| 8.3 | Prisão preventiva | 366 |
| 8.3.1 | Momento da decretação e período de duração | 366 |
| 8.3.2 | Requisitos para a decretação da prisão preventiva | 368 |
| 8.3.3 | Fundamentação da prisão preventiva | 371 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 8.3.4 | Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva..... | 372 |
| 8.3.5 | Modificações fáticas da situação determinante da prisão ou da soltura do réu..... | 374 |
| 8.3.6 | A apresentação espontânea do acusado..... | 374 |
| 8.4 | Prisão decorrente de pronúncia..... | 374 |
| 8.5 | Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível..... | 376 |
| 8.6 | Medidas cautelares alternativas à prisão..... | 377 |
| 8.6.1 | Espécies de medidas cautelares..... | 377 |
| 8.6.2 | Requisitos para a decretação das medidas cautelares..... | 378 |
| 8.6.3 | Aplicação do contraditório e da ampla defesa..... | 380 |
| 8.6.4 | Descumprimento da medida cautelar alternativa..... | 380 |
| 8.6.5 | A detração no contexto das medidas cautelares alternativas..... | 381 |
| 8.7 | Prisão domiciliar..... | 381 |
| 9. | Liberdade provisória..... | 382 |
| 9.1 | Liberdade provisória com fiança..... | 382 |
| 9.1.1 | Hipóteses que vedam a concessão de fiança..... | 384 |
| 9.1.2 | Valor da fiança..... | 386 |
| 9.1.3 | Condições da fiança..... | 387 |
| 9.1.4 | Fiança definitiva..... | 387 |
| 9.1.5 | Consequências possíveis da fiança..... | 390 |
| 10. | Liberdade provisória sem fiança..... | 392 |
| 10.1 | Inviabilidade de concessão da liberdade provisória e contradição do sistema .. | 392 |
| 10.2 | Definição jurídica do fato e liberdade provisória..... | 394 |
| | Síntese..... | 395 |

Capítulo XV

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

| | | |
|-------|---|-----|
| 1. | Conceito de citação..... | 397 |
| 2. | Formas de citação..... | 397 |
| 2.1 | Citação por mandado..... | 397 |
| 2.1.1 | Conteúdo do mandado de citação e demais formalidades..... | 399 |
| 2.2 | Citação do militar..... | 400 |
| 2.3 | Citação do funcionário público..... | 400 |
| 2.4 | Citação do réu preso..... | 400 |
| 2.5 | Citação por edital e por hora certa..... | 401 |
| 2.5.1 | Conteúdo do edital..... | 402 |
| 3. | Suspensão do processo e da prescrição..... | 402 |
| 4. | Conceito de intimação..... | 404 |
| 5. | Procedimento para as intimações..... | 405 |
| | Síntese..... | 406 |

Capítulo XVI

SENTENÇA

| | |
|--|-----|
| 1. Conceito de sentença | 409 |
| 2. Outros atos jurisdicionais..... | 409 |
| 3. Natureza jurídica da sentença..... | 410 |
| 4. Outras classificações | 411 |
| 5. Conteúdo da sentença..... | 411 |
| 6. Modificação da definição jurídica do fato..... | 412 |
| 7. Correlação entre acusação e sentença..... | 413 |
| 8. Descoberta de elementar que provoque a alteração da definição jurídica do fato..... | 414 |
| 9. Independência do juiz para julgar..... | 416 |
| 10. Absolvição vinculada..... | 416 |
| 11. Elementos da sentença condenatória..... | 418 |
| 11.1 Detração e regime inicial de cumprimento da pena..... | 418 |
| 12. Publicação e intimação da sentença..... | 419 |
| 13. Efeitos da sentença condenatória..... | 420 |
| Síntese..... | 421 |

Capítulo XVII

PROCEDIMENTOS

| | |
|--|-----|
| 1. Processo e procedimento..... | 423 |
| 2. Procedimento e devido processo legal..... | 423 |
| 3. Procedimento comum e procedimento especial | 424 |
| 4. Procedimento comum | 425 |
| 4.1 Procedimento ordinário..... | 425 |
| 4.2 Procedimento sumário | 429 |
| 4.3 Procedimento sumaríssimo | 430 |
| 5. Procedimentos especiais..... | 431 |
| 5.1 Aplicação da Lei 9.099/95 aos procedimentos especiais..... | 431 |
| 5.2 Modificações introduzidas pela Lei 10.259/2001 e confusão legislativa: um bom exemplo | 432 |
| 5.3 Adoção do procedimento previsto na Lei 9.099/95 para os crimes contra idosos..... | 434 |
| 5.4 Procedimento dos crimes falimentares..... | 435 |
| 5.5 Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos..... | 440 |
| 5.6 Procedimento dos crimes contra a honra..... | 442 |
| 5.7 Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial..... | 445 |
| 5.8 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos..... | 449 |
| Síntese..... | 452 |

Capítulo XVIII

TRIBUNAL DO JÚRI

| | |
|---|-----|
| 1. O Júri na Constituição Federal..... | 469 |
| 2. O Tribunal do Júri como órgão do Poder Judiciário..... | 470 |

| | |
|---|-----|
| 3. Competência constitucional para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida | 471 |
| 4. A formação da culpa no procedimento do júri..... | 471 |
| 5. O procedimento especial do júri e a fase de avaliação da admissibilidade da acusação | 472 |
| 6. Pronúncia | 475 |
| 6.1 Requisitos para a pronúncia | 475 |
| 6.2 Conteúdo da decisão de pronúncia e sua influência sobre os jurados | 476 |
| 6.3 Os crimes conexos na pronúncia..... | 477 |
| 6.4 Alteração da classificação do crime | 477 |
| 6.5 Possibilidade de correção da pronúncia | 478 |
| 7. Impronúncia | 479 |
| 8. Desclassificação da infração penal | 479 |
| 9. Absolvição sumária | 481 |
| 10. Intimação da pronúncia | 482 |
| 11. Libelo crime-acusatório | 482 |
| 11.1 Conceito | 482 |
| 12. Fase de preparação do Plenário | 482 |
| 12.1 Justificação | 483 |
| 12.2 Desaforamento | 484 |
| 12.3 Supressão de nulidade | 487 |
| 12.4 Providências para o julgamento | 488 |
| 13. Organização e composição do Tribunal do Júri e função do jurado | 489 |
| 13.1 Organização do Júri | 489 |
| 13.2 Composição do Júri | 491 |
| 13.3 Função do jurado | 491 |
| 14. Julgamento em Plenário | 494 |
| 14.1 Formalidades iniciais | 494 |
| 14.2 Formação do Conselho de Sentença | 497 |
| 14.3 Interrogatório do réu | 501 |
| 14.4 Relatório do processo e leitura de peças | 502 |
| 14.5 Produção da prova testemunhal | 502 |
| 14.6 Debates | 504 |
| 14.7 Procedimento para o julgamento | 506 |
| 14.8 Quesitos e questionário | 508 |
| 14.8.1 Regras para a redação do questionário | 510 |
| 14.9 Votação em sala secreta | 514 |
| 14.10 Sentença do Juiz Presidente | 516 |
| 14.11 Ata do julgamento | 520 |
| 14.12 Atribuições do Juiz Presidente do Tribunal do Júri | 521 |
| Síntese | 522 |

Capítulo XIX

NULIDADES

| | |
|--|-----|
| 1. Conceito | 525 |
| 2. Atos inexistentes e irregulares | 526 |
| 3. Princípios que regem as nulidades | 526 |
| 3.1 Não há nulidade sem prejuízo | 526 |
| 3.2 Não há nulidade provocada pela parte | 527 |
| 3.3 Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária | 528 |
| 3.4 Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa | 528 |
| 3.5 A nulidade de ato processual relevante pode desencadear a dos consequentes | 528 |
| 4. Desatendimento de normas constitucionais | 529 |
| 5. Nulidade em inquérito policial | 529 |
| 6. Divisão legal entre nulidades absolutas e relativas | 530 |
| 7. Espécies de nulidade absoluta | 530 |
| 7.1 Incompetência | 530 |
| 7.1.1 Coisa julgada e incompetência | 531 |
| 7.1.2 Anulação dos atos decisórios em caso de incompetência territorial..... | 532 |
| 7.2 Suspeição e impedimento | 532 |
| 7.3 Suborno do júri | 533 |
| 7.4 Ilegitimidade de parte | 533 |
| 7.5 Ausência de denúncia ou queixa e representação | 533 |
| 7.6 Ausência do exame de corpo de delito | 534 |
| 7.7 Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador | 534 |
| 7.8 Falta de citação, ampla defesa e contraditório | 535 |
| 7.9 Falta da sentença de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia | 536 |
| 7.10 Ausência do réu e realização da sessão | 536 |
| 7.11 Quorum para a instalação da sessão do júri | 536 |
| 7.12 Sorteio do Conselho de Sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados | 537 |
| 7.13 Inexistência dos quesitos e suas respostas | 537 |
| 7.14 Ausência de acusação e defesa no julgamento pelo Tribunal do Júri | 537 |
| 7.15 Ausência da sentença | 538 |
| 7.16 Ausência de processamento ao recurso de ofício | 538 |
| 7.17 Ausência de intimação para recurso | 538 |
| 7.18 Falta do quorum legal para a decisão | 538 |
| 7.19 Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas | 538 |
| 7.20 Decisão carente de fundamentação | 539 |
| 8. Espécies de nulidade relativa | 539 |
| 8.1 Infringência à regra da prevenção | 539 |
| 8.2 Falta de intervenção do Ministério Público | 540 |
| 8.3 Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa | 540 |

| | |
|--|-----|
| 8.4 Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento do Júri, quando a lei não permitir que se faça com sua ausência | 540 |
| 8.5 A não intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade..... | 541 |
| 8.6 Ausência da forma legal dos atos processuais | 541 |
| 9. Momento para arguição das nulidades relativas | 541 |
| 10. Convalidação das nulidades..... | 542 |
| Síntese..... | 543 |

Capítulo XX

RECURSOS

| | |
|--|-----|
| 1. Conceito de recurso | 547 |
| 2. Natureza jurídica do recurso..... | 548 |
| 3. Características fundamentais dos recursos..... | 548 |
| 4. Efeitos dos recursos..... | 549 |
| 5. Recurso de ofício | 549 |
| 6. Particularidades gerais e aspectos formais dos recursos..... | 550 |
| 6.1 Desvio da administração pública no processamento do recurso | 550 |
| 6.2 Impossibilidade de desistência do recurso do Ministério Público | 551 |
| 6.3 Múltipla legitimidade recursal | 551 |
| 6.4 Interesse recursal | 552 |
| 6.5 Pressupostos de admissibilidade dos recursos | 553 |
| 6.6 Impedimentos ao processamento ou conhecimento dos recursos | 554 |
| 6.7 Princípio da fungibilidade dos recursos | 555 |
| 7. Recurso em sentido estrito..... | 555 |
| 7.1 Conceito | 555 |
| 7.2 Cabimento | 555 |
| 7.3 Processamento do recurso em sentido estrito | 564 |
| 8. Correição parcial | 566 |
| 8.1 Conceito | 566 |
| 8.2 Natureza jurídica da correição | 566 |
| 8.3 Processamento | 567 |
| 9. Reclamação | 568 |
| 9.1 Conceito de reclamação | 568 |
| 9.2 Fundamento constitucional | 568 |
| 9.3 Processamento da reclamação | 569 |
| 10. Agravo em execução criminal | 569 |
| 10.1 Conceito de agravo em execução criminal | 569 |
| 10.2 Rito do agravo | 570 |
| 11. Apelação | 571 |
| 11.1 Conceito de apelação | 571 |
| 11.2 Hipóteses de cabimento da apelação | 572 |
| 11.3 Legitimidade recursal do Ministério Público e de terceiros | 577 |
| 11.4 Processamento da apelação | 579 |

| | |
|--|-----|
| 11.5 Trâmite no tribunal | 581 |
| 12. Agravo nos tribunais | 585 |
| 12.1 Conceitos | 585 |
| 12.2 Processamento | 585 |
| 13. Embargos de declaração | 585 |
| 13.1 Conceito e attensio | 585 |
| 13.2 Processamento dos embargos de declaração | 586 |
| 14. Carta testemunhável | 588 |
| 14.1 Conceito e natureza jurídica | 588 |
| 14.2 Cabimento e processamento da carta testemunhável | 588 |
| 15. Embargos infringentes e de nulidade | 590 |
| 15.1 Conceito | 590 |
| 15.2 Processamento | 590 |
| 16. Recursos extraordinário e especial | 591 |
| 16.1 Conceito de recurso extraordinário | 591 |
| 16.2 Conceito de recurso especial | 592 |
| 16.3 Distinção peculiar na aplicação do recurso especial e do extraordinário | 593 |
| 16.4 Reexame de matéria de fato | 593 |
| 16.5 Prazo e forma para a interposição dos recursos especial e extraordinário | 593 |
| 16.6 Súmulas do STF e do STJ regulando a matéria | 595 |
| 17. Recurso ordinário constitucional | 596 |
| 18. Embargos de divergência | 597 |
| 19. Normas disciplinadoras da competência recursal | 597 |
| Síntese | 599 |

Capítulo XXI AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 603 |
| 2. Revisão criminal | 603 |
| 2.1 Conceito de revisão criminal e natureza jurídica | 603 |
| 2.2 Polos ativo e passivo na revisão criminal | 604 |
| 2.3 Revisão criminal em confronto com outros princípios constitucionais | 606 |
| 2.4 Hipóteses para o cabimento da revisão criminal | 607 |
| 2.5 Ônus da prova, oportunidade e reiteração do pedido | 610 |
| 2.6 Órgão competente para o julgamento da revisão criminal e processamento | 611 |
| 2.7 Indenização pelo erro judiciário | 614 |
| 3. <i>Habeas corpus</i> | 616 |
| 3.1 Conceito de <i>habeas corpus</i> | 616 |
| 3.2 Origem no Brasil | 617 |
| 3.3 Ampliação do seu alcance | 617 |
| 3.4 Natureza jurídica | 618 |
| 3.5 Espécies de <i>habeas corpus</i> e restrições à sua utilização | 618 |
| 3.6 Direito líquido e certo e hipóteses de cabimento | 619 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 3.7 | Competência para conhecer do <i>habeas corpus</i> | 621 |
| 3.7.1 | Regras gerais | 621 |
| 3.7.2 | Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal | 622 |
| 3.7.3 | Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça | 623 |
| 3.7.3.1 | Prequestionamento em <i>habeas corpus</i> | 623 |
| 3.7.4 | Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais | 624 |
| 3.7.5 | Competência constitucional do Tribunal do Estado | 624 |
| 3.7.5.1 | Promotor de justiça como autoridade coatora | 624 |
| 3.8 | Legitimidade ativa e passiva | 625 |
| 3.9 | Formalidades e condições da impetração | 627 |
| 3.10 | Concorrência do <i>habeas corpus</i> com outra ação ou investigação | 629 |
| 3.11 | A medida liminar em <i>habeas corpus</i> e outras providências cautelares | 630 |
| 3.12 | Processamento do <i>habeas corpus</i> | 632 |
| 4. | Mandado de segurança | 634 |
| 4.1 | Conceito | 634 |
| 4.2 | Admissibilidade do mandado de segurança em matéria criminal | 634 |
| 4.2.1 | Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal | 635 |
| 4.2.2 | Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça | 635 |
| 4.2.3 | Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais | 635 |
| 4.2.4 | Competência constitucional do Tribunal do Estado | 635 |
| 4.3 | Alguns aspectos do processamento | 636 |
| 4.3.1 | Medida liminar | 636 |
| 4.3.2 | Sujeitos ativo e passivo | 636 |
| 4.3.3 | Petição inicial | 636 |
| 4.3.4 | Litisconsórcio necessário | 637 |
| 4.3.5 | Direito líquido e certo | 637 |
| 4.3.6 | Prazo para ajuizamento | 637 |
| 4.3.7 | Custas, despesas e honorários | 637 |
| 4.3.8 | Efeitos da sentença sobre a liminar | 637 |
| 4.3.9 | Participação do Ministério Público | 637 |
| 4.3.10 | Recursos cabíveis | 638 |
| Síntese | | 638 |

Capítulo XXII REABILITAÇÃO

| | | |
|---------|---|-----|
| 1. | Conceito de <i>reabilitação</i> | 639 |
| 2. | Procedimento | 639 |
| 3. | Recurso de ofício | 640 |
| 4. | Comunicação ao Instituto de Identificação | 640 |
| 5. | Revogação da <i>reabilitação</i> | 641 |
| Síntese | | 641 |

Capítulo XXIII

RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADES ESTRANGEIRAS

| | |
|---|-----|
| 1. Fundamento constitucional..... | 643 |
| 2. Regras especiais..... | 643 |
| 3. Homologação de sentença estrangeira para efeitos penais..... | 645 |
| 3.1 Formalidades para a homologação..... | 645 |
| 4. Carta rogatória..... | 646 |
| 4.1 Conceito de carta rogatória..... | 646 |
| 4.2 Outras diligências..... | 647 |
| 4.3 Carta rogatória vinda do exterior..... | 648 |
| Síntese..... | 648 |

Capítulo XXIV

DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCESSO PENAL

| | |
|--|-----|
| 1. Audiências dos juízos (ou Varas) e sessões dos tribunais..... | 649 |
| 2. Publicidade dos atos processuais em geral..... | 649 |
| 3. Comportamento em audiências..... | 650 |
| 4. Realização dos atos processuais..... | 651 |
| 5. Conceito de prazo e contagem..... | 652 |
| 6. Retirada dos autos de cartório..... | 655 |
| 7. Custas nos processos criminais..... | 656 |
| 8. Estatísticas criminais..... | 657 |
| Síntese..... | 658 |

| | |
|---------------------------|-----|
| BIBLIOGRAFIA | 659 |
|---------------------------|-----|

| | |
|-----------------------------|-----|
| OBRAS DO AUTOR | 687 |
|-----------------------------|-----|